

Então, o saneamento não é só um monopólio estrutural. Ele é um serviço essencial. Não dá para você imaginar a população vivendo naquela região sem o saneamento. O Rio de Janeiro tem um caso de privatização, na zona oeste, de um único serviço, do esgotamento sanitário. Na verdade, o que se privatizou não foi exatamente o esgotamento sanitário; foi a comercialização da arrecadação das contas de água e esgoto. Ai, você pega, assim, o índice de hidrometração. Eu sou do Conselho Consultivo da Rio Águas, que é o órgão responsável aqui no município, estou representando a Abes, na última reunião que eu fui de apresentação, o índice de hidrometração não chegava a 40% ainda nessa região porque, às vezes, o problema transcende ao saneamento. A questão principal a ser debatida é a lógica da ocupação urbana, o ordenamento urbano. O cara chega num bairro, vai colocar hidrômetro e a milícia local fala: não! E aí? Você é engenheiro, você é um profissional técnico ou você é Rambo e vai encarar o fuzil do cara? Então, assim, é muito mais complexo do que simplesmente um debate, às vezes, só do saneamento. É um debate quando se discute como lidar com os espaços urbanos. (Não compreendido) como hoje se colocam os espaços das favelas, as vielas. Como passar uma rede de esgoto? Como chegar com serviço de água? É muito complexo! E isso gera diversos problemas: problemas de segurança pública, problemas de oportunidade, problemas de saúde. São vários os problemas. E a lei não abrange nessa direção, porque é muito fácil eu dizer na lei: ah, vai ter que universalizar em 2033. Mas, e aí? Botar no papel é simples! Fizeram isso na Lei de Resíduos Sólidos! Sabe o que estão fazendo? Em 2014, não vai ter mais lixão. Vai ser tudo aterro sanitário. Chegou 2014, posterga para 2016. Chegou 2016, posterga para 2018. Chegou 2018, posterga para 2020. Vai chegar 2020 e vai postergar para 2022 porque não adianta só botar no papel.

Então, o que eu acho é que falta, profundamente, uma participação efetiva dos setores que estão ligados à parte da engenharia, à parte da lógica desse serviço. Ai, eu venho aqui representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária que diz: esta lei não atende a esse avanço. Porque é óbvio que nós queremos avançar na universalização do serviço. E houve um momento histórico no Brasil onde houve um avanço significativo disso. De todos esses quatro(?) serviços, houve um avanço significativo no abastecimento de água, na década de 70, no eixo calçado ??? onde foram criadas as companhias de saneamento. A Cedae é originária da fusão Cedag-Esag - eram separadas no Estado da Guanabara - com a Sanerj, que era do Estado do Rio de Janeiro. Ali, você tinha um plano (não compreendido), a companhia e um órgão financiador, o BNH. Hoje, no Estado do Rio de Janeiro, nós temos um plano completamente desatualizado da Cedae, do serviço de água, (não compreendido), que, na verdade, o que existe é da década de 80, um plano da década de 90 de esgotamento sanitário que, por melhor que seja, é impossível prever o que está acontecendo quase em 2020. Ai, você tem um plano estadual de recursos hídricos, que não fala com nenhum desses planos. Você tem um plano gestão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que não fala com nenhum desses outros planos anteriores, e você tem os projetos que estão sendo elaborados, que não falam com nenhum dos outros planos anteriores.

Então, é uma necessidade política de saneamento. Não pode ser política de governo. Tem que ser política de estado. Por isso tão difícil não ficar na mão de um serviço privado, mas também não pode ficar na mão do governo; tem que ficar na mão do estado. Então, para o avanço do saneamento, é necessário que haja um entendimento desse tripé, que os planos sejam elaborados com qualidade, com transparência. Foi falado aqui: a água de Niterói, que é vendida para Niterói, é mais barata que o custo de produção. Qual o preço de venda da água? Eu sou um pesquisador da área. Eu sou ex-funcionário da Cedae, sou engenheiro da Fiocruz e professor de engenharia civil do Cefet. Não acha. Não há essa transparência. Qual o custo para tratar essa água? Não acha. Não há transparência.

Então, assim, a gente tem que diminuir um pouco, às vezes, o discurso corporativista e defender o saneamento de fato. A autocrítica, às vezes... Não estaríamos hoje aqui se estivéssemos fazendo um serviço de qualidade pleno. Então, há que fazer a autocrítica para poder avançar. Não dá para tampar o sol com a peneira, também.

Então, eu acho que essa lei não atende, não satisfaz. Se alguém aqui tiver acesso aos deputados federais, não votem com essa lei. Essa lei não vai... A promessa dela não é verdadeira. Não é verdadeira. Existem pontos que precisam, sim, ser avançados; um ou outro ponto, como foi colocado aqui pelo professor Jerson Kelman, da lei até são interessantes, como, por exemplo, ter uma agência nacional que possa regular os serviços. Não sei se a ANA, hoje, teria condições de atender essa demanda, mas esse ponto é um ponto interessante. A da ligação do esgoto - existe no Rio de Janeiro um decreto, já garante isso, mas seria também interessante nacionalmente - mas, enfim, o que eu quero colocar aqui, de forma muito incisiva, é se você tiver, e aqui em nome da Abes, acesso a um deputado federal, no dia da votação fale com ele, diga para ele, não é uma boa lei, não vai atender ao que está sendo prometido. Indiferente se ele é liberal, se ele não é liberal, se ele defende linha ideológica da privatização, se não defende a linha ideológica da privatização. Não é esse o ponto. É uma lei que não vai melhorar o serviço de saneamento. Esse é o principal ponto.

Muito obrigado. Boa-tarde.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Águas de Niterói. Miguel. A Comissão de Saneamento, Miguel, já tentou diversas vezes, através de ofício, tentar descobrir exatamente isso que você falou junto à Águas de Niterói. Quase que guardado a sete chaves, dentre outros...

O SR. MIGUEL FERNANDES - Dentre outras informações, infelizmente, é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Mas nós vamos chegar lá. Próximo orador, meu nobre e querido amigo Ary Girota. Cadê o doutor?

O SR. ARY GIROTA - Bom-dia a todos e todas. Ou boa-tarde.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Dez minutos, Ary. O SR. ARY GIROTA - Deputado Gustavo, muito obrigado pela oportunidade. Bem, deputado Paulo Ramos está na luta contra a privatização. Saúdo a todos da Mesa. Aos companheiros da Cedae, os trabalhadores, eu vou saudar na figura do dr. Cid. E considero saudados todos os trabalhadores que estão aqui presentes. Eu vou aproveitar sua fala, deputado, quando o senhor falou aí que pediu à Águas de Niterói através de ofício e não conseguiu a informação. Esse é o ponto que a gente deve observar. O limite da ação pública na empresa privada é a porta da empresa. Um deputado, eleito democraticamente na função pública para preservar os direitos da população, não consegue uma informação sobre o custo da Águas de Niterói. É isso. Essa é a diferença e a importância, a relevância de termos uma empresa pública estatal. Porque a Cedae é obrigada a ter todos os seus dados em aberto para a população. Qualquer um dos senhores e senhoras podem consultar os valores, as tarifas, os custos, porque isso é público. Mas eu vou aqui me ater ao PL 3.261, que é objeto dessa audiência pública, dialogando com o meu nobre amigo prefeito Mauro Soares, que se faz presente e que acompanha todos os Fóruns de discussão da questão da água, porque ele é prefeito de Cachoeiras de Macacu, um polo produtor de águas do Estado do Rio de Janeiro importantíssimo para a nossa Região Metropolitana. Deputado Schmidt, esse projeto representa o desmonte das políticas públicas para o saneamento básico no país realizadas nos últimos quinze anos. Porque ele cumpre o papel de atender apenas a Abcon e os seus representados. Ele atende às empresas privadas. Ele quer tirar o monopólio natural das empresas estaduais e dos serviços municipais de saneamento e entregar na mão da iniciativa privada. Com toda a certeza, sem medo de errar, ele vai representar a precarização dos serviços. Porque a gente sabe - e é legítimo - o empresário busca o lucro. E, se ele busca o lucro, ele só vai investir onde ele tem retorno.

Então, as áreas periféricas, as populações mais pobres, aquele que não pode pagar não vai ter acesso. O que eles querem? Por que eles querem a Cedae? A Cedae é uma empresa, hoje, e é o exemplo da joia da Coroa, que tem uma rentabilidade mensal em torno de quatrocentos milhões de reais. Qual é a empresa privada que

tem quatrocentos milhões de reais/mês para movimentar? E qual é a empresa privada que, ao final de um ano, pode atingir a cifra de um bilhão de reais de lucratividade e vai ser obrigada a reverter isso em investimentos para a população do seu estado? Nenhuma. Isso é indiscutível.

Então, isso seria suficiente para orientar os deputados federais a não votarem a favor desse projeto. Mas, infelizmente, nós estivemos em Brasília, acompanhamos a votação lá, na comissão especial, e o deputado federal lá, do Rio de Janeiro, votou a favor. O companheiro Iran estava lá. Estávamos... Achei que estávamos do mesmo lado, mas estávamos de lados opostos. Viu a orientação dada. E, portanto, é importante ressaltar que as empresas estaduais atendem com água tratada 75% dos domicílios urbanos. O que isso representa em termos populacionais? 131 milhões de pessoas são atendidas. Com água. 105 milhões com esgoto. Nós comparamos aqui, deputado, com Águas de Niterói. A Águas de Niterói atende uma população de 495 mil pessoas. Como é que você compara uma cidade com 495 mil pessoas com uma empresa estatal que atende nove milhões de pessoas só na Capital, e quase 14 milhões de pessoas nos 64 municípios no qual ela presta serviço? Não tem comparação numérica, não tem comparação estatística para isso. O que o Instituto Trata Brasil faz é uma imoralidade, mas quem paga a banda escolhe a música. Deputado Paulo Ramos, nós temos um... E, deputado Schmidt, nós temos um Observatório Nacional do Direito à Água e Saneamento, do qual eu faço parte do Conselho Fiscal de lá, que foi uma instituição criada para dar referência técnica, com dados produzidos pelas universidades, pelas empresas estaduais, por órgãos públicos, sobre o que é o saneamento básico.

Então, nós temos hoje um outro referencial que pode subsidiar o deputado nos seus trabalhos, nas suas intervenções, deputado Paulo Ramos também, que é o Ondas. Atende nacionalmente com profissionais qualificados e que não tem, com o perdão da palavra, "rabo preso" com empresa privada nenhuma. O compromisso do Ondas é com a população e com o saneamento público. E, para encaminhar já aqui, dialogando com o prefeito Mauro Soares e com os futuros vereadores, com os futuros vereadores, esse PL transforma, em sua essência, governadores, deputados, prefeitos e vereadores em meros cumpridores de tarefa. Porque, diferentemente do que o dr. Kelman falou aqui - eu gostaria que ele estivesse presente -, diferentemente do que ele falou, esse projeto não traz benefício nenhum. E os prefeitos, principalmente lá na ponta, que não têm foro privilegiado, respondem imediatamente aqui no Tribunal de Justiça, ficarão reféns - prestem bem a atenção - ficarão reféns das empresas privadas. Por quê? Porque, como o deputado Paulo Ramos muito bem falou, do equilíbrio econômico-financeiro. Quando a empresa privada Águas... De Campos, eu esqueci o nome da empresa. Mas em Campos. Águas do Paraíba. Obrigado, Paulinho. Águas do Paraíba. Ela reajustou a tarifa em quase 10%, recentemente, alegando o equilíbrio econômico-financeiro. E quem pode pagar paga, e quem não pode fica sem o serviço prestado. E o que isso significa? Que, se o prefeito não concordar com isso, a empresa privada, de acordo com os artigos que estão previstos nesse PL, elas podem romper o contrato e irem embora. E isso aconteceu aqui recentemente, perto de Cachoeiras de Macacu - me esqueci o nome - que o SAE... Guapimirim. E quem foi resolver o problema lá? Foi a Cedae. Foi o Estado do Rio de Janeiro. Só que o prefeito e o vereador têm que entender que, se ele deixar de prestar o serviço para a população, ele pode ser preso. E isso não é nenhuma novidade no país. Agora, ser preso porque não forneceu água, ser preso porque não prestou o devido atendimento à população é no mínimo uma imperícia do prefeito. Então, os prefeitos têm que estar atentos a esse processo de desmonte. O dr. Kelman mencionou a questão da ANA. Olha só. O PL desagradou todo mundo, Confederação Nacional de Municípios; Abes; Assemear(?), Associação das Entidades Prestadoras de Serviços Municipais; OAB... Enfim, ele conseguiu desagradar todo mundo. A única pessoa que ficou feliz com isso foi o camarada da Abcon(?) que estava lá fazendo lobby no Congresso Nacional. Ou seja, esse projeto é ruim para a população, para o estado brasileiro. Então, é fundamental que nós reprovemos ele. E o dr. Kelman - estou falando nele porque me incomodou muito a fala dele, ele tratou a água como mercadoria. Ele é um mercador da água. Aquela fala mansa, o fato de ele estar na FFRJ, não quer dizer nada. Ele é um mercador da água. Ele abriu o capital da Sabesp e demitiu seiscentos trabalhadores na época da crise hídrica, em 2014.

Então, a gente tem que ter muito claro sobre isso. Uberlândia, deputado, para encerrar, é um exemplo clássico da importância da água nas mãos do estado. Uberlândia é um município de Minas Gerais onde a população que tem renda inferior a dois salários mínimos e obedecido determinados critérios, estabelecidos pelo Poder Público, a população não paga conta de água. Por quê, prefeito Mauro? Porque a população não vive sem água. Então, é um erro comparar a questão do saneamento e da água com uma empresa de iluminação. Vai ver se o povo está satisfeito com a Light, com a Enel, com todas as empresas privadas do ramo de energia. A bandeira vermelha está aí. O povo do Rio de Janeiro vai pagar uma fortuna pela conta de energia. Então, a gente não tem como comparar a água com a telefonia. Se você tem o celular, a operadora Tim, Vivo, Claro, é problema seu. Você escolhe. Agora, água você não vai botar uma torneira da Cedae, uma torneira da Águas do Brasil, uma torneira da Águas... da Aegea.

Então, esse monopólio tem que continuar na mão do estado, do estado brasileiro, do Estado do Rio de Janeiro. Eu tenho convicção que o governador Wilson Witzel está sendo pressionado, sim. Está sendo chantageado mais uma vez pelo governo federal. Agora, estamos vivendo um momento favorável, deputado, que o governador tem que pensar o seguinte: o Estado do Rio foi chantageado no passado pelo governo de Michel Temer. O ex-governador Pezão foi até as últimas consequências e resultou o que resultou. E, pela mão de um deputado federal do Estado do Rio de Janeiro, as empresas estaduais de saneamento foram colocadas no PL 159, porque elas não apareciam ali. Então, esse projeto foi feito com endereço certo. Eles querem privatizar a Cedae porque, diferentemente do que muitos defendem aqui - isso não é uma fala corporativa, é uma constatação -, a Cedae é uma empresa 100% pública. 99,996 das ações da Cedae está na mão do estado. E hoje é uma empresa que, com planejamento, com os investimentos realizados, realizando hoje o maior investimento em infraestrutura da América Latina, que é a obra de expansão do Guandu, quase três bilhões e meio de reais, ele segue dando resultados positivos para o estado e para a população. Então, é a prova que a gestão correta, a dedicação dos seus trabalhadores pode fazer o processo de universalização acontecer. É claro, tem que ter o controle dessa Casa, da Alerj. Tem que ter o controle social, a participação da população, dos prefeitos, vereadores. Todos têm que estar envolvidos no processo de universalização. No entanto, é uma grande falácia querer dizer que a empresa estatal não dá resultado. Ela dá, só que a diferença é o seguinte: o resultado que a Cedae oferece, e é prova disso, tem que ser reinvestido no Estado do Rio, no saneamento do Rio. E hoje nós temos as condições de fazer essa universalização. Já o resultado, o lucro obtido pela empresa privada vai para o bolso dos seus acionistas, porque a Sabesp é um exemplo disso. O lucro que a Sabesp auferir no Estado de São Paulo vai para os acionistas em Nova York. Ele não fica no estado brasileiro. Então, é importante ressaltar isso, porque esse PL é apenas para desmontar todas as políticas públicas que foram feitas pelo estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Conclua, por favor.

O SR. ARY GIROTA - Ele impõe...

Para concluir, deputado. Ele impõe essa chantagem para os deputados, para o governador, para os prefeitos e para os vereadores. E aí eu faço um apelo a todos os prefeitos e vereadores: pressionem a bancada federal porque, infelizmente, a Bancada Federal não entendeu que eles não vão poder nem seguir politicamente, porque o deputado Gustavo acabou de mencionar aqui. Oficiou a Águas de Niterói, a Águas de Niterói simplesmente não respondeu. Porque esse é o limite. A empresa privada não dá satisfações ao Parlamento. A empresa privada não dá satisfações a governo nenhum. A empresa privada dá satisfação a seus acionistas. Portanto, o saneamento nacionalmente tem que continuar público. E a pergunta que eu deixo: alguém quer beber água da privada aqui? Porque é isso que as pessoas têm que pensar.

Então, vamos em frente. Vamos na luta, vamos seguir nessa campanha importante para que esse PL não prospere. Porque o deputado Geninho também já disse a que veio. E o nosso presidente da Cedae eu espero que ele receba uma nova orientação, porque ele, como presidente da Cedae, jamais poderia ir a Brasília apoiar um PL como esse. Portanto, nós precisamos, sim, de deputados como o deputado Gustavo Schmidt, deputado Paulo Ramos, deputado Glauber Braga, Afonso Florêncio, que estão em Brasília nos apoiando, nos defendendo. Deputado Paulo Ramos, o meu eterno agradecimento em nome de todos os trabalhadores da Cedae, porque o senhor sempre fez uma luta, uma luta inglória, mas apoiando o saneamento no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado. E um forte abraço. (Palmas)

O SR. IRAN AGUIAR - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, dr. Ary. Quería antes agradecer a presença...

O SR. IRAN AGUIAR - Presidente, posso ter um aparte pequeno?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Agradecer só a presença do excelentíssimo deputado federal Paulo Ramos, que está tendo que se retirar pelo avanço da hora. Muito obrigado, deputado, pela presença, e eu tenho certeza que o senhor é um defensor, como eu, a fim de um saneamento de qualidade e da Cedae, principalmente, pública.

O SR. IRAN AGUIAR - Só para esclarecer, eu acho que tem um ponto que a gente precisa tomar bem claro. O mandato da direção da Cedae - e eu posso falar aqui em nome deles - é de melhor administrar uma empresa. Estivemos, sim, em Brasília, porque essa nova lei, esse projeto de lei que está tramitando lá estabelece as balizas do nosso ambiente regulatório. A gente não pode se ausentar dessa discussão. É uma discussão que, se me permitem dizer, há divergências em alguns pontos, mas eu acho que tem uma convergência muito importante, que eu até falei aqui nos bastidores para a TV Alerj. E eu vou repeti-la aqui, porque está em consonância com o discurso de todos nós. Que, independente - e a gente tem que fazer a crítica à lei, aos dispositivos da lei, e são absolutamente válidos e legítimos - mas, independente disso, é muito importante que, mesmo que tenha, por hipótese, uma privatização, uma concessão, uma PPP, ou qualquer tipo de oportunidade de um operador privado, o protagonismo do setor público é determinante, como regulador, com os quadros técnicos. Muitos dos problemas apontados aqui das concessões em âmbito municipal vocês sabem que é porque o agente regulador daquele município, eles não delegaram a regulação para um agente que tem escala, que tem servidores um pouco mais qualificados. E não é demérito aos servidores dos municípios. Mas muitas dessas questões estão, sim, sendo endereçadas nesse projeto de lei.

Então, vão ser saneadas. As questões factuais para trás são, sim, muito importantes, mas que a gente deve também, na medida do possível, orientar os nossos deputados que façam inclusões de dispositivos que saneiem esses problemas que nós observamos. E repito, para fechar minha fala, minha aparte aqui. A Cedae, a administração da Cedae tem mandato para melhor administrar a Cedae. O ambiente político vai fazer as decisões políticas. E nosso mandato é único. Não há lados. Isso é importante que diga. Estivemos, sim, porque é o ambiente regulatório em que estamos inseridos, lá em Brasília. E estamos aqui também. Mas não há lados. Não estamos... A gente pode divergir num ponto ou outro, mas não estamos em lados opostos, de maneira nenhuma. E é legítimo que estejamos presentes nas discussões. Tanto a administração quanto a assessoria da administração, que é o meu caso.

Então, estamos, sim, presentes. É um espaço legítimo também, a gente agradece esse espaço democrático. Mas não há lados ainda.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Muito obrigado, Iran.

Próximo orador, dr. Paulo Sérgio Farias, presidente da CTB Rio. Dr. Paulo Sérgio, o senhor dispõe de dez minutos.

O SR. PAULO SÉRGIO FARIAS - Boa-tarde para todos. Mais uma vez agradecer aqui ao nosso deputado Gustavo Schmidt por essa iniciativa. Tem sido importante seu mandato, deputado, pelo seu compromisso de trazer para essa Casa o debate sobre a importância e o papel da Cedae. Quería aqui também registrar a presença do nosso camarada Humberto, nosso presidente do sindicato. Agradecer a presença aqui do Josivan, da Abes. Já teve o nosso deputado Paulo Ramos, que foi embora. O Iran, aqui representando a Cedae. E a presença da nossa gloriosa OAB. Quería aqui, Iran, fazer duas considerações. Importante a sua presença aqui na Assembleia, porque, deputado, das últimas audiências que nós realizamos aqui, a Cedae não se fez presente.

Então, quero aqui registrar como salutar a presença da empresa e dizer que esse debate a respeito do novo marco regulatório, para nós, está dentro de um bojo, dentro de um contexto político que está sendo implementado por este governo, cujo objetivo é de desmontar o estado brasileiro. Ressaltar que o projeto, o marco regulatório, a Lei 11.405, assim como a Lei dos Consórcios Públicos, a Lei 11.107, são conquistas populares. Bom registrar aqui que esse marco regulatório foi fruto de um debate que se originou inclusive na discussão do Estatuto da Cidade, consagrado em diversos processos de conferências e que teve, no bojo dos governos populares, a ousadia de propor a universalização do saneamento em até trinta anos, com aporte de 530 bilhões, prometidos pelo governo Dilma, e que foi, de forma golpista, retirada do governo. Então, quero registrar aqui que essa lei, 11.405, é oriunda dos movimentos populares. E agora essas mudanças propostas pela Lei 3.261/19 visam única e exclusivamente transferir essa questão para a iniciativa privada. E merece aqui o repúdio dessa Casa e também, evidentemente, de todos aqueles que lutam pelo desenvolvimento do nosso país. E estranha que a Cedae esteja lá no Congresso Nacional para debater essa questão e não coloque, antes de qualquer questão, camarada presidente do Sindicato de Niterói, que ela é contra a privatização. Antes de qualquer questão, nós temos de dizer isso. Antes de qualquer questão, a Cedae tem que se declarar contra a privatização, porque tem que defender que empresa, a direção que está lá. E mais ainda. Quería aqui deixar claro que o Estado do Rio de Janeiro, deputado, se ressentido de uma política estadual de saneamento, de uma política estadual de saneamento ambiental. Aliás, essa Casa já experimentou, já ousou debater aqui um projeto estadual, que tinha na Cedae o seu principal elemento da busca da universalização, de tratar de forma igual todos os habitantes aqui do Rio de Janeiro. Porque não há... Já foi aqui dito e enfatizado. A iniciativa privada não vai resolver o problema que nós temos no Estado do Rio de Janeiro. Quem vai resolver isso é o estado. Ora, só no Município do Rio de Janeiro nós temos dois milhões de pessoas morando nas favelas. Você acha que a (não compreendido) vai botar água na Rocinha? Não vai. Quem botou foi lá o dr. Cid Cury, presidente da Cedae na época lá, que botou um sistema de bica pública. Mas não chegou a botar um hidrômetro dentro da residência. Até hoje as favelas do Rio de Janeiro não têm um tratamento igual. Quem vai fazer isso é o estado. Até hoje a Baixada Fluminense, Humberto - não é isso? -, não tem tratamento igual, e só vai ter se for a Cedae. Nós conquistamos a posição lá da ampliação do sistema, e foi a Cedae que vai universalizar.

Então, Iran, eu queria que a gente aqui convergissem o sentido do seguinte: de dialogar na defesa da Cedae. Na defesa do saneamento público. Na defesa de uma política pública que busque a defesa de um projeto universalizante. Então, nós não podemos concordar com essa questão do PL 3.261. E, para finalizar, a gente aqui pode registrar aqui, citar diversos casos. Mas vejamos só o caso da Saúde no Rio de Janeiro. É desastroso. Aqui privatizaram a Saúde e botaram essas OSS. É um crime. É um crime o que está acontecendo com o povo do Rio de Janeiro hoje. Todos os dias a gente liga a televisão de manhã e vê lá as famílias, homens e mulheres chorando porque não têm atendimento. E dinheiro a rodar sendo entregue para essas OSS. Um crime contra a população. Vejam a Light. A Light não universalizou, não melhorou o serviço de forma nenhuma depois que foi privatizada. Nessa Casa aqui nós já debatemos várias vezes a renovação do contrato de concessão dos trens aqui. Renovação em cima de renovação. Melhoraria de... Do contrato, aumento de dinheiro do estado. O estado comprando trem e o empresário embolsando o lucro.